

SUCESU 2004

Ijuris bate recorde brasileiro de aprovações¹

*Congresso de Tecnologia da Informação e Comunicação
seleciona seis trabalhos do Instituto de Governo Eletrônico,
Inteligência Jurídica e Sistemas para apresentação em abril*

Marcos Carlson, M.Sc.²
marcos@ijuris.org

26/02/2004

Integrantes da equipe do Ijuris aprovaram seis trabalhos de pesquisa junto ao Comitê Científico do Congresso Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUCESU 2004).



Para a versão deste ano do evento, "nosso grupo teve o maior número de trabalhos aprovados em todo o Brasil", comemora o presidente do Conselho Científico do Instituto, pós-doutor Hugo Cesar Hoeschl.

Os temas tratam basicamente dos assuntos centrais pelos quais o Ijuris se tornou uma forte referência na comunidade

¹ Matéria publicada em conjur.uol.com.br/textos/25898 e www.ijuris.org/imprensa/not.asp?id=55.

² Jornalista, webdesigner, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Ijuris.

científica internacional: Governo Eletrônico, Sociedade da Informação e Informática Jurídica.



Hall de acesso do Centro de Convenções

O Congresso ocorre de 26 a 28 de abril de 2004 no Centro de Convenções de Florianópolis, na capital caruarinense. A cidade anfitriã no ano passado foi Salvador. A promoção é da Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações (SUCESU-

Nacional, 61-326-6373). A organização e a realização estão a cargo do IDETI Eventos em Tecnologia da Informação (11-5531-3899).

'Engenharia de Almas' surpreende o Comitê

Dentre os trabalhos inscritos pelo Ijuris no SUCESU 2004 (*ver box abaixo*), um chama a atenção de imediato pelo seu título: "Engenharia de Almas". Embora o sub-título ("A Sincronicidade entre a Inteligência Artificial e a Gestão do Capital Intelectual, Social e Emocional das Instituições") ajude a

trazer o leitor de volta ao mundo *normal* da ciência, ele é insuficiente para saciar as curiosidades despertadas.



Tânia: engenheira de almas

A presidente o Ijuris, doutoranda Tânia Cristina D'Agostini Bueno, assina a pesquisa junto com mais dois pesquisadores do Instituto. Ela explica que o trabalho envolve estudos psicanalíticos (focados principalmente em Lacan e sua teoria da linguagem), estudos da teoria da argumentação jurídica "e alguns conhecimentos extra-sensoriais da humanidade".

A metodologia para a sincronização de conhecimentos, descrita pelo texto, "permitiu uma excepcional coerência entre as relações semânticas das chamadas expressões indicativas". O que levou tanto o engenheiro do conhecimento quanto o especialista a desenvolverem "muito mais que o conhecimento do domínio, mas competências como consciência própria, disciplina, persistência e empatia", conclui.

Confira os trabalhos do Ijuris aprovados no SUCESU

NOME	AUTORES
Engenharia de Almas - A Sincronicidade entre a Inteligência Artificial e a Gestão do Capital Intelectual, Social e Emocional das Instituições	Tânia Cristina D'Agostini Bueno Hugo Cesar Hoeschl Andre Bortolon
Ferramenta de Desenvolvimento de Software para Representação Visual de Redes de Relacionamento	Cesar Ramirez Kejelin Stradiotto Andre Bortolon Hugo Cesar Hoeschl
KMAI - Gestão do Conhecimento com Inteligência Artificial	Marcelo Stopanovski Ribeiro Eduardo da Silva Mattos Hugo Cesar Hoeschl Tânia Cristina D'Agostini Bueno
Avaliação de Websites do Poder Judiciário Brasileiro	Fabício Tadeu Donatti Hugo Cesar Hoeschl Érica Bezerra Queiroz Ribeiro Mauro Delfino
Um Modelo de TI para Aplicar a Gestão do Conhecimento em Prefeituras	Simone Fächter Jaime Leonel de Paula Jr. Hugo Cesar Hoeschl Ricardo Miranda Barcia
Transparência Eletrônica - A TI e a Informação Sobre Negócios Públicos Internacionais	Simone Fächter Jaime Leonel de Paula Jr. Hugo Cesar Hoeschl Ricardo Miranda Barcia

Evento se dirige a todos os setores da economia



O Congresso Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação se dirige aos executivos e técnicos das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação de todos os setores da economia. Os objetivos principais são três:

- reunir, em um único evento, usuários, fornecedores, desenvolvedores e pesquisadores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- apresentar as principais tendências das tecnologias da informação, expondo experiências selecionadas do uso dessas tecnologias nos vários setores da economia; e
- debater os principais temas relacionados às políticas nacionais de Informática e Telecomunicações.

A programação temática do SUCESU 2004 se baseia nas seguintes atividades:

- trabalhos técnicos e científicos (*ver box abaixo*);
- palestras, cases e tutoriais;
- painéis de debates; e
- keynote speakers.

Qualidade da pesquisa pode garantir viagem aos EUA

Cada trabalho terá 30 minutos de explanação em sala. Em seguida haverá a demonstração do pôster, durante 90 minu-

tos, em ambiente comum. Pelo menos um dos autores deverá permanecer junto ao pôster, durante todo o tempo da exposição, para responder às questões e esclarecer dúvidas dos interessados.

HOSPEDAGEM INCLUÍDA

Os dois melhores trabalhos de cada tema e nas categorias Trabalho Técnico Conceitual e Trabalho Técnico de Aplicação receberão certificados. Aos três melhores trabalhos dentre todas as categorias haverá ainda, como prêmio, a participação nos seguintes eventos:



- 1º colocado - COMDEX/LAS VEGAS 2004
- 2º colocado - COMDEX/SUCESU SP 2004
- 3º colocado - SUCESU 2005

A premiação inclui viagem, hospedagem e inscrição nos congressos.

Conheça os temas e subtemas em pauta

Trabalhos técnicos e científicos

Tecnologias

Engenharia de Software

- Ferramentas de Desenvolvimento de Sistemas
- Linguagens de Programação
- Arquiteturas de Computadores
- Arquiteturas Cliente Servidor e de Objetos Distribuídos
- Arquiteturas Paralelas
- Orientação a Objetos

- Sistemas de Informação
- Plataformas
- Sistemas Operacionais
- Infra-estrutura Operacional
- Tecnologia e Aplicações de Banco de Dados
- Inteligência Artificial
- Gerência do Conhecimento
- Sistemas Abertos
- Gerência de Armazenamento
- Computação Pervasiva

Aplicações

- E-commerce, E-business
- Customer Relationship Management CRM; Centrais de Atendimento
- Aplicações Convergentes
- Data Mining e Data Warehousing
- Ensino a Distância

Redes de Computadores

- Arquiteturas de Redes
- Protocolos de Comunicação
- Segurança em Redes de Computadores
- Tecnologia para Internet; Internet 2; Web
- Integração de Voz, Dados e Vídeo
- Redes Ópticas
- Redes Sem Fio (Wireless)
- Redes Ad Hoc
- Equipamentos de Rede
- Cabling
- Qualidade de Serviço
- Gerência de Redes de Computadores

Comunicações

- Wireless Communication
- Comunicação por Satélite
- Tecnologia de Rádio
- Bilhetagem

- Segurança e Privacidade em Telecomunicações
- Infra-estrutura de Telecomunicações
- Tecnologia de Operação
- Telecommunication Network Management TMN
- VPN
- Telefonia Celular e Fixa
- Tecnologia de Antenas

Palestras, cases e tutoriais

SUCESU.biz

- Construindo uma Empresa Classe Mundial
- Inteligência B2B: Como Reduzir Custos e Maximizar o ROI
- Tirando Proveito do B2C
- Estratégias e Soluções para o Sucesso

Desenvolvedores

- Planejando e Implementando Arquiteturas Empresariais
- Avaliando Filosofias e Ferramentas de Desenvolvimento
- Programação para WEB
- Java
- Entretenimento

Info-segurança

- Sistemas Biométricos
- Disaster Recovery
- Soluções para Segurança

Novos Desafios em Comunicações

- Convergência em Comunicações
- Gestão em Comunicações
- E_mobility

Conceitos em Transição

- ASP: Outsourcing é a Solução?
- Tecnologia: O que virá agora?
- Data Centers: Como podem ajudar?

Redes e Interoperabilidade

- Segurança de Redes
- Tecnologias Ópticas
- Integração Voz, Dados e Vídeo
- Infra-estrutura de Rede
- Tecnologia Internet
- Tendências Tecnológicas
- Soluções / Redes Wireless
- Interfaces Seriais
- Tecnologias de Armazenamento

LANÇAMENTO

Sai livro com tese de pós-doutoramento em e-Gov¹

Trabalho garante título inédito ao pesquisador Hugo Cesar Hoeschl, presidente do Conselho Científico do Ijuris

Marcos Carlson, M.Sc.²
marcos@ijuris.org

12/03/2004



Hugo: único pós-doutor em eGov

A Editora Digital Ijuris acaba de publicar mais um ebook: "Aplicações Inteligentes para Governo Eletrônico". Tratar-se-ia de apenas mais um título sobre e-Gov publicado pelo Instituto, não fosse um detalhe: a obra se baseia na tese que, em setembro de 2003, transformou o procurador da Fazenda Nacional e presidente do Conselho Científico do Ijuris, professor Hugo Cesar Hoeschl, no primeiro - e até agora único - pós-doutor em Governo Eletrônico do Brasil.

O texto enfoca a construção de aplicativos inteligentes para a área governamental, além de conceituações operacio-

¹ Matéria publicada em conjur.uol.com.br/textos/25496 e www.ijuris.org/Imprensa/not.asp?id=54.

² Jornalista, webdesigner, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Ijuris.

nais de 'Governo Eletrônico' e 'Aplicações Inteligentes', entre outras definições.

"Importante enfatizar que este é o nosso terceiro livro focado especificamente em e-Gov", lembra o autor. "E temos material para mais quatro."

Brasileiro é o que mais visita sites do governo

Deu na Folha Online Informática: "Internautas brasileiros são os que mais visitam sites do governo". De acordo com um estudo do instituto de pesquisa Ibope/NetRatings, cerca de 35% dos internautas (ou aproximadamente 4,2 milhões de usuários) entraram em páginas oficiais em janeiro.

A matéria informa que na Suécia o acesso a páginas do Estado ficou em 34%. Seguem no ranking a França (31,2%) e a Espanha (30,9%). Nos Estados Unidos, 25,3% dos internautas entraram em algum site governamental, enquanto no Reino Unido e Alemanha os índices de visitação ficaram em 23% e 19%, respectivamente.

Porcentagem de internautas que acessam páginas governamentais

P a í s	%
Brasil	35
Suécia	34
França	31,2
Espanha	30,9
EUA	25,3
Reino Unido	23
Alemanha	19

NÚMEROS VALORIZAM IJURIS

A notícia reforça a pontualidade do tema e-Gov, que cresce em importância na medida em que se intensifica em todo o planeta o uso, pelo Estado, das ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Quando se sabe que o autor de "Aplicações Inteligentes para Governo Eletrônico" é um catarinense, e pesquisador do Ijuris, os números acima - que colocam o Brasil de maneira positiva à frente de absolutamente todos os outros países - só vêm valorizar o trabalho, com ênfase em e-Gov, desenvolvido pelo Instituto.

Modelo de desenvolvimento influencia internet no País

As posturas estratégicas "que objetivam a viabilização dos inovadores conceitos do e-gov" no Brasil mereceu de Hugo uma avaliação detalhada. A formulação dessas políticas parte de algumas premissas centrais. Do contexto sócio-econômico nacional se destacam hoje os seguintes números:

- 9 milhões de usuários de internet (5,3% da população);
- 62,5 milhões de linhas telefônicas (62% fixas e 38% celulares);
- 66,3 milhões têm acesso à telefonia (39% da população).

EXCLUSÃO SIGNIFICATIVA



"O Brasil tem um baixo percentual de utilização da Internet, mas um número absoluto de usuários de Internet [9 milhões] relativamente alto, visto que, isoladamente, representa uma expressividade populacional significativa na maioria dos países", analisa Hugo. "Por outro lado, temos um número de linhas telefônicas instaladas que é alto diante da média mundial, mas baixo diante dos países desenvolvidos."

A tese observa que o modelo nacional de desenvolvimento urbano, "orientado para atender as demandas dos grandes

centros", influencia de forma direta a expansão da Internet no Brasil: "Os provedores - principais canais de conexão da população com a web - estão concentrados em centros urbanos. As formas alternativas de acesso (escolas, universidades, telecentros, instituições do terceiro setor) tendem a seguir a mesma linha." Custos de conexão e equipamento contribuem para um cenário "que acaba por excluir uma significativa parte da população das iniciativas ligadas ao e-gov".

Conheça sete exemplos de aplicações inteligentes desenvolvidas na pesquisa

Todas elas foram objeto de publicações internacionais, livros ou capítulos de livros, premiações tecnológicas (como o Prêmio Conip e o Fenasoft Max Award), ou projetos de pesquisa aprovados junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia. E todas foram objeto de dezenas de matérias jornalísticas (mídia científica e de massa) durante a realização do programa.

São elas:

- Sistema Olimpo
- Sistema Alphathemis
- Sistema CDN-ApVisual
- Plataforma KMAI
- Sistema "i02"
- Projeto Forum Eletrônico
- Sistema SCInfo



Leia um trecho do pós-doutoramento

"Duas questões estratégicas para o futuro do e-government:

Primeira questão: Quais são os principais pontos críticos do e-gov?

Segunda questão: Quem vai ganhar com seu crescimento?

Primeira questão: Ao mesmo tempo em que tem enorme potencial de integração, o e-gov também tem o efeito de evidenciar os desequilíbrios mundiais. Boa parte da população mundial nunca utilizou um telefone, e este dado fala por si só. Obviamente que aqueles que têm mais acesso à educação e à tecnologia estarão em vantagem, sempre. Será que a evolução tecnológica não vai aumentar a disparidade social entre pessoas e países?

Segunda questão: Obviamente que as empresas mundiais de tecnologia ganharão muito. Grandes bancos de dados, milhares de sistemas operacionais, muitos cabos, computadores, linhas digitais, sinais de rádios, satélites, e etc precisam estar em perfeito funcionamento para que o e-gov exista e seja realidade. Outro ponto significativo é que as nações líderes, já estabelecidas, não pretendem deixar de ocupar a liderança. A legislação japonesa sobre e-gov é bastante clara neste aspecto, e as lideranças regional e mundial, como objetivos estratégicos, estão escritas, com todas as letras, nas leis do Japão.

O futuro do e-gov passa pela adequada identificação e solução dessas questões, e de outras que virão. Porém, é importante não deixar que estas questões invalidem o cenário evolutivo que está se apresentando.

No momento, o maior de todos os riscos, e que mais deve ser observado, é a utilização internacional do Governo Eletrônico como instrumento de perpetuação do cenário mundial de dominação que vige atualmente. Para isto, devemos ficar extremamente atentos aos protocolos e padrões internacionais que estão sendo fixados exatamente agora, enquanto você está lendo este texto, pois, como já advertiu Rousseau, 'o mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever'."

Projeto inclui pesquisas de caráter técnico e científico



"Aplicações Inteligentes para Governo Eletrônico" relata as atividades de pesquisa realizadas durante o Pós-Doutorado que Hugo iniciou em julho de 2001 e concluiu em setembro de 2003, dentro do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O desenvolvimento do projeto, sob orientação do professor Ricardo Miranda Barcia, PhD., envolveu atividades de pesquisa de caráter técnico e científico, sempre com o apoio da equipe de pesquisadores do Ijuris.

A narrativa se divide em duas partes. "Desenvolvimento conceitual" traz os referenciais teóricos e conceituais que nortearam todo o trabalho. O enfoque central se volta à apresentação e à formulação dos conceitos operacionais de "Governo Eletrônico", "Aplicações Inteligentes" e demais definições periféricas. Igualmente se realizam formulações de caráter reflexivo sobre o impacto, objetivos e possibilidades do e-gov no contexto social.

A segunda parte, "Atividades de pesquisa e desenvolvimento", relata o desenvolvimento dos aplicativos, conceitos, artigos, livros e projetos construídos ao longo da pesquisa - e apresentados perante qualificados fóruns científicos e tecnológicos, nacionais e internacionais. Consta também uma lista de reportagens, divulgadas na mídia nacional, sobre as atividades desenvolvidas durante a execução do projeto.

Baixe o arquivo sem pagar nada

A Editora Digital Ijuris publicou o novo ebook em "Portable Document Format" (leia a matéria "Por que PDF"). A publicação, em português, está disponível na livraria virtual 

belga Phoenix-Library (leia também "Livro eletrônico é 'ideal' para papers").

Em função do tamanho total do arquivo (2,8Mb) e da limitação imposta por aquele site (obras de no máximo 1Mb), o ebook se apresenta para download dividido em três partes (985Kb, 887Kb e 912Kb). O site do Ijuris mantém links tanto para o arquivo em partes quanto para a versão integral do livro (num total de 141 páginas).

Todos os links se encontram na nova página de Publicações da Editora Digital. Ali também estão os títulos e os sumários de todas as obras - eletrônica e em papel - já lançadas pelo Instituto.

Confira todos os títulos³ - e ISBNs - da Editora

Aplicações Inteligentes Para Governo Eletrônico
85-89587-12-6

Ijuris Selected Papers Book
85-89587-11-8

Engenharia do Conhecimento Jurídico
85-89587-10-X

Technological Solutions for E-Government: Digital Divide, Security, Crime
Detection and Sovereight
85-89587-09-6

O Tratamento Normativo da Telemática no Brasil
85-89587-08-8

Sociedade da Informação
85-89587-07-X

Pesquisa Jurídica na Internet
85-89587-06-1

³ Todos os livros foram organizados ou escritos pelo pós-doutor Hugo Cesar Hoeschl.

UNL.BR: Working Against Digital Divide
85-89587-05-3

Elementos de Direito Digital
85-89587-04-5

Tecnologia da Informação Jurídica
85-89587-03-7

UNL no Brasil: Trabalhando pela Inclusão Digital
85-89587-02-9

Introdução ao Governo Eletrônico
85-89587-01-0

Entendendo o Governo Eletrônico

A Telemática nos Tribunais

A Legislação Brasileira Sobre Telemática

INCLUSÃO DIGITAL

Florianópolis terá Conselho e telecentros nos terminais¹

A Prefeitura acata propostas da Comissão Especial, cujos trabalhos têm participação decisiva do Ijuris

Marcos Carlson, M.Sc.²
marcos@ijuris.org

15/04/2004



Um fato histórico marcou, na capital catarinense, o Dia da Inclusão Digital. Representantes da Comissão Especial de In-

clusão Digital, que se formou em 2003 para estudar o assunto no Município, reuniram-se no gabinete da prefeita, Ângela Amin, e fizeram a entrega oficial do documento resultante de um semestre de trabalho.

O 29 de março ganhou uma importância ainda maior porque, durante o encontro, a Prefeitura deu sinal verde para a instalação de telecentros em quatro terminais de transportes da cidade ainda este ano, além de aprovar a criação do Conselho Municipal de Inclusão Digital.

¹ Matéria publicada em www.ijuris.org/Imprensa/not.asp?id=58.

² Jornalista, webdesigner, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Ijuris.

PARTICIPAÇÃO DECISIVA

O Conselho e os telecentros são duas das 29 "Sugestões para a Definição de uma Política Pública de Inclusão Digital para a Cidade de Florianópolis" que



Prefeita (esq.) e parte da Comissão: sinal verde

compõem o documento final - para o relator da Comissão, vereador Antônio Henrique Costa Bulcão Vianna, fruto de um trabalho "árduo, feito com muita dedicação, amor e experiência profissional". Para fazer o download do documento (111Kb em PDF), clique aqui.

O Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas - Ijuris teve um papel relevante na criação da Comissão Especial e participação decisiva nos trabalhos que acabaram por transformar Florianópolis em referência nacional no assunto (*ver matéria "Florianópolis dá 'ok' à inclusão digital"*). A iniciativa - inovadora em termos de Brasil - fez da capital catarinense a primeira cidade do País a ter um comitê dedicado a tratar exclusivamente do tema. "Esta é a mais importante resolução de que pude participar", garante, do alto de onze anos de mandato, o vereador Gean Marques Loureiro, que preside a Comissão.

Prefeitura aprova proposta do Ijuris

Além do Ijuris, trabalharam na Comissão o Comitê para Democratização da Informática (CDI), Fundação dos Administradores de Santa Catarina (Fundasc), universidades e Secretaria Muni-

cial de Educação. Também houve importantes colaborações da iniciativa privada (através do SUCESU-SC) e individuais (representadas por Glauco Brites).

A proposta mais importante do Instituto - acatada por todos os integrantes da Comissão - foi a da criação do Conselho Municipal de Inclusão Digital, com ampla participação da sociedade. A Comissão igualmente propôs a

instalação, nos terminais urbanos de transporte, dos chamados telecentros. E a Prefeita deu sinal verde para a concretização de ambas as sugestões.



Representantes do Ijuris: positivo

PROJETO ARQUITETÔNICO

Como a Administração Municipal já possui recursos definidos para os terminais de Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Lagoa e Rio Tavares, Ângela autorizou a definição do projeto arquitetônico para os telecentros em cada um desses quatro pontos: "Nossa previsão é de que estas primeiras unidades entrem em funcionamento ainda em 2004."

Esses pontos de disponibilização de recursos tecnológicos têm por fim "aproveitar o tempo das pessoas no local e também facilitar o acesso das pessoas de baixa renda à informação", explica o texto do documento, "sem necessariamente ter que obrigar as pessoas a se deslocarem para os pontos de internet".

População de baixa renda é prioridade

"Democratizar o acesso e a produção do conhecimento mediante a utilização crítica e criativa das novas tecnologias de informação e comunicação, proporcionando à sociedade excluída uma ampla visão do mundo ao seu redor, o que implicará na mudança da relação entre os cidadãos, entre o cidadão e a sociedade e entre o cidadão e o Estado e a sua conseqüente transformação."

Com este objetivo maior, o documento "Sugestões para a Definição de uma Política Pública de Inclusão Digital para a Cidade de Florianópolis" alinhava as diretrizes básicas para se promover "um processo de disseminação e produção da informação e do conhecimento, contribuindo para uma inclusão social mais eqüitativa". A Comissão acredita ser "de capital importância" a implantação de uma política pública - desde que devidamente articulada pelos três setores: Governo (1o. setor), mercado (2o. setor) e a parte da natureza privada que objetiva gerar benefício público (3o. setor).

DESBUROCRATIZAR O COTIDIANO



Hoeschl: conhecimento

Não à toa, a primeira das 29 recomendações do documento final prioriza "o atendimento da população de baixa renda". O Governo Federal disponibiliza hoje na web 72% dos serviços que presta ao brasileiro. Ocorre que apenas uma minoria tem acesso à internet. Assim, a intenção de desburocratizar o cotidiano acaba por beneficiar apenas uma pequena parcela de habitantes - a mesma onde mais se concentra o poder e a renda.

Por isso, ao discursar na Câmara de Florianópolis para um auditório lotado em dezembro passado, durante a sessão final da Comissão Especial de Inclusão Digital, o presidente do Conselho Científico do Ijuris e primeiro - e até agora único - pós-doutor em Governo Eletrônico do Brasil, professor Hugo Cesar Hoeschl, ensinou que "distribuir conhecimento é distribuir riqueza. Falamos da parcela a que o Brasil tem direito no cenário mundial. Se o País for buscar esta participação a que tem direito", enfatizou, "todo mundo se beneficia".

A Administração Pública parece ter entendido o recado. Tanto que uma das primeiras conclusões da Ângela Amin - manifestada por palavras durante a reunião no gabinete da Prefeita - foi a da necessidade da continuidade dos trabalhos do comitê: "A Comissão Especial de Inclusão digital não pode parar. É preciso mantê-la viva, até ampliá-la."

Ensino deve ter acesso 24 horas

Antes do início dos trabalhos da Comissão, "a capital mais instruída do Brasil" - segundo o slogan oficial de Florianópolis - já se esforçava para propiciar à rede de ensino o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação. A prioridade deve continuar com a educação, e a Prefeitura dá ares de compreender que, de acordo com as "Sugestões...", não basta dar a ferramenta para o indivíduo se incluir digitalmente. "Fizemos um grande investimento nessa área", lembrou a prefeita Ângela Amin durante a entrega do documento final. "Temos que avançar."



Póvoas, do CDI: "Vai dar certo"

Avançar, aqui, significa disponibilizar o acesso dos alunos aos computadores em todos os períodos do dia - durante os finais de semana, inclusive. Nem a possibilidade de atos de vandalismo contra as máquinas é suficiente para desanimar a Prefeita, nem os membros da Comissão Especial de Inclusão Digital. "A partir do momento em que os estudantes se sentirem donos dos computadores, se sentirão também responsáveis pelos equipamentos. Dará certo", garante o presidente do CDI-SC, Antônio Paulo Póvoas Dias.

PRODUZIR CONTEÚDO

Ele sabe o está falando. O Comitê para Democratização da Informática (*ver box "A sociedade global tem que se basear em comunidades locais"*) promove desde 1995 a inclusão social através da Tecnologia da Informação. Organização não-governamental sem fins lucrativos, o CDI trabalha em comunidades de baixa renda e junto a instituições que atendam públicos com necessidades especiais, no Brasil e em mais dez países na América Latina, África e Ásia. Das 36 escolas da ONG em Santa Catarina, sete estão em Florianópolis.

Do alto de toda essa experiência, Póvoas é taxativo: "Não adianta levar conteúdo pronto. É importante que a comunidade gere os seus próprios conteúdos a partir de seu local." A opinião reforça o ponto de vista expresso no documento final da Comissão, para quem o termo 'inclusão digital' deve ter "um sentido ampliado". Em outras palavras, que o cidadão não seja apenas alfabetizado digitalmente, ou se torne um simples consumidor de informações, "mas que possa também produzir conteúdo, se aperfeiçoar profissionalmente e exercer a sua cidadania".

'A sociedade global tem que se basear em comunidades locais'

Integrar a riqueza do conhecimento e as práticas regionais. Este é o principal desafio que o presidente do Comitê para De-



mocratização da Informática (CDI), Rodrigo Baggio, aponta no artigo "Por uma inclusão digital sustentável", publicado recentemente no Jornal do Brasil e do qual reproduzimos abaixo os principais trechos.

"Cooperar e compartilhar. Dois verbos que passaram a dar o tom do uso das Tecnologias de Informação, a partir da convergência das Tecnologias de Comunicação. Desde então, o mundo ideal das Tecnologias da Informação e Comunicação, as famosas TICs, passou a ser o mundo das redes, da circulação e troca de dados, a tempo e à hora. E nos colocou diante de um enorme desafio: disseminar democraticamente as informações. Utilizá-las para gerar conhecimentos que nos levem a uma sociedade mais justa.

Em dezembro passado, durante a realização da primeira etapa da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em Genebra (ver box "Plano para 2015: metade da população mundial conectada"), este desafio tornou-se mais evidente. Dezenas de representantes da sociedade civil demonstraram, na prática, caminhos para superação (...). Quase todos baseados na educação, em valores locais e práticas sustentáveis consistentes com a realidade global, e no acesso ao conhecimento para todos os seres humanos. A mensagem explícita? Precisamos construir uma sociedade sem limites ao conhecimento.

Parece utópico e idealista demais, especialmente aos setores da sociedade pós-industrial que consideram que seu principal insumo é o conhecimento. O botão vermelho que acaba de ser apertado (...) conclama governos, empresas e organizações da sociedade civil para a realização da mais difícil das tarefas: buscar um equilíbrio entre as ambições de crescimento da humanidade, a equidade social e os limites do uso dos recursos."

COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

"A Declaração da sociedade civil entregue ao presidente da Cúpula na última reunião plenária (...) defende que a sociedade do

conhecimento em rede tem que integrar a riqueza do conhecimento e as práticas regionais. E que a sociedade global do futuro tem que se basear em comunidades locais assentadas em sua herança cultural, que participem da sociedade do conhecimento.

(...) A jornada rumo à Sociedade do Conhecimento não começa em Genebra nem termina na Tunísia, em 2005. Precisa ser planejada no âmbito local, regional e nacional, através de ações (...) de muitos projetos de inclusão digital Brasil afora. A luta contra a exclusão digital começa a se voltar para a construção das tais "comunidades de aprendizagem", embrionárias na troca de experiências, expertises e disseminação de soluções para o desenvolvimento local sustentável (...).

Isso só será possível se aprofundarmos cada vez mais os vínculos entre pessoas, entidades, empresas e governos. (...) A profundidade desses vínculos determinará a qualidade da futura Sociedade do Conhecimento."

O plano para 2015: metade da população mundial conectada

A partir do portal Observatório da Sociedade da Informação - OSI, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, é possível conhecer os documentos que orientam a construção da Sociedade da Informação em todo o mundo. Para tanto, basta baixar as versões finais - em pdf, e em português - da Declaração de Princípios e do Plano de Ação.



Representantes de 175 países, além de ONGs, empresas privadas e organizações internacionais, debateram os dois textos durante a Cúpula de Genebra. A "Declaração" traça um minicódigo de ética para essa nova sociedade. O "Plano" mostra o caminho a ser seguido internacionalmente para a construção da mesma. Ambos nortearão a segunda fase da conferência, no próximo ano em Tunis.

SOLIDARIEDADE DIGITAL

O endosso à Declaração de Princípios é, na verdade, uma declaração pública do compromisso comum de se "construir uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, onde todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar conhecimento, capacitando indivíduos, comunidades e povos a alcançar seu pleno potencial na promoção de seu desenvolvimento sustentável e melhoria de sua qualidade de vida".

Todos os signatários admitem estar cientes da grandeza dos desafios que vêm pela frente. Entre eles estão o combate à exclusão digital, à falta de segurança na internet e ao desrespeito à liberdade de expressão. Justamente por isso, clamam pela "solidariedade digital" entre todos os governos, ONGs, povos, organismos internacionais e empresas privadas. Afinal, a construção de uma Sociedade do Conhecimento constitui um esforço conjunto que requer cooperação e parceria de todas as partes interessadas em "transformar esse hiato digital em uma oportunidade digital para todos".

PRESERVAR A DIVERSIDADE

O Plano de Ação da Cúpula, por sua vez, define uma série de metas a serem alcançadas internacionalmente até 2015. Entre elas, conectar mais da metade da população mundial à internet, adaptar os currículos escolares para vencer os desafios da Sociedade da Informação e conectar escolas, universidades, povoados, bibliotecas públicas, hospitais e governos com tecnologias da comunicação e informação (TICs).

Além de definir os objetivos dos próximos doze anos, o documento mostra um *step-by-step* de como criar um ambiente favorável à Sociedade do Conhecimento. Para tanto, traça o papel dos governos e de todas as partes envolvidas na promoção das TICs, além de mostrar a importância da capaci-

tação de pessoal e a necessidade de se preservar a diversidade cultural dos povos nos meios de comunicação.

Brasileiro tem pouco a comemorar (ainda)

A matéria "País de desconectados", assinada por Renata Giraldo que o Correio Brasileiro publicou em 29 de março, informava que "hoje, no Dia da Inclusão Digital, o Brasil não tem o que festejar". Criado há três anos pelo Comitê pela Democratização da

Informática (CDI), o Dia da Inclusão Digital objetiva fazer com que cidadãos de todo o País não apenas aprendam a usar as novas tecnologias como, principalmente, tenham acesso a elas.

A INCLUSÃO DIGITAL BRASILEIRA

90 % têm dificuldades com a TI

12 % têm acesso a computador

3,3 % têm computador em casa

Fontes: IBGE, FVG e Agência Brasil

Ao lembrar que, para a imensa maioria da população, o computador continua sendo um enigma, a matéria cita os dados mais recentes (de 2002) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: dos 170 milhões de habitantes do País, 3,3% (6,8 milhões de pessoas) dispõem de computadores em casa. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, apenas 12% dos brasileiros têm acesso a computador. Em Florianópolis o número sobe para 33% - um índice alto em relação aos indicadores nacionais, mas muito aquém dos verificados em outros países.

De acordo com a Agência Brasil, a nova política industrial no setor de telecomunicações se voltará "para projetos de inclusão digital". O ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, enfatiza a necessidade de parcerias entre o governo e o setor privado para o êxito não só da política de atendimento às comunidades menos favorecidas da sociedade, como também do crescimento da economia. A expectativa é dobrar a capaci-

dade de atendimento nos telecentros: seriam 240 mil caixas postais eletrônicas no País. Por meio delas, o brasileiro que não conta com computador em casa poderá receber e enviar mensagens eletrônicas via e-mail.

INVESTIMENTO E BLOQUEIO

Em entrevista ao "Correio", a chefe da Divisão de Sistema de Informação sobre Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Célia Joseli do Nascimento, defende que a tecnologia é capaz de tirar os cidadãos da exclusão social: "Por meio dela, as populações ribeirinhas do Amazonas estão sendo cadastradas em uma série de programas sociais." Porém, lidar com tecnologia - seja no caixa eletrônico, seja no telefone celular - é uma dificuldade constante para 90% dos brasileiros, segundo o próprio MCT.

A reportagem atenta para o fato de que o mesmo Governo que decide investir parte dos R\$50 milhões do Programa da Sociedade da Informação em treinamento de pessoal e na rede nacional de ensino e pesquisa, também bloqueia quase R\$ 3 bilhões do Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST (*ver box "TCU impõe condições para liberar o FUST"*) que seriam empregados no programa de informatização de escolas e bibliotecas públicas pelo País.

TCU impõe condições para liberar o FUST

Se a concepção inicial de universalização se relacionava a preencher as lacunas existentes no acesso aos serviços de voz, tenta-se agora "criar uma infra-estrutura mínima para tapar estes buracos". Quem fala é o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Pedro Jaime Ziller, em entrevista à edição de março/abril da revista "Tema", do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

A Lei Geral de Telecomunicações, editada em 1997, criou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que conta com a contribuição de 1% de receitas de todas as operadoras de telecomunicações. Três anos depois o Congresso Nacional estendeu a utilização do FUST ao acesso às redes digitais (leia-se internet). Em 2001 a Anatel fez uma consulta pública na qual estabelecia que apenas as concessionárias pertencentes ao sistema de telefonia fixa podiam participar. Inúmeras ações judiciais bloquearam o processo.

Uma ordem do Governo Federal reteve tais valores, "servindo para contingenciar a balança de pagamentos do Brasil", conforme lembra a advogada Regina Ribeiro do Valle, especialista em Propriedade Intelectual e Telecomunicações, em artigo publicado pelo *UniversiaBrasil*. No início do governo Lula o FUST já somava cerca de R\$ 2,3 bilhões sem possibilidade legal de utilização. "Fundo setorial que não é aplicado", alerta Ziller, "vira imposto".

AGORA VAI?

No final de 2003 o Tribunal de Contas da União se convenceu de que era possível liberar as verbas - com uma condição, de acordo com a advogada Regina: "Que a Anatel formulasse proposta para regulamentação de um novo Serviço de Comunicações Digitais (*ver box "Serviços serão 'concessão em regime público'"*). Assim, o FUST poderá financiar os projetos de implantação do SCD - porém, sob outra condição: "Que envolvam a oferta de acesso a dados em alta velocidade nas escolas públicas e bibliotecas."

O que o TCU recomenda é a criação de um serviço em regime público de acesso à transmissão de dados por banda larga capaz de levar aos indivíduos de baixa condição econômica informações via digital ou educação a distância. Em outras palavras, a inclusão digital.

O FUST irá financiar a implementação de conexão de dados, voz e imagem através de tecnologias digitais capazes de permitir acesso à educação, saúde e informação aos menos favorecidos. A lei contempla explicitamente a utilização dos recursos na aquisição de computadores, infra-estrutura de banda larga e instalação de pontos de conexão em todas as escolas públicas, bibliotecas e hospitais universitários do País.

Serviços serão "concessão em regime público" por vinte anos

A implantação do Serviço de Comunicações Digitais se dará em todas as regiões do País, nas zonas urbanas e rural, "até o último trimestre deste ano", prevê o presidente da Anatel, Pedro Jaime Ziller. "A expectativa é que no prazo de quatro ou cinco anos todas as escolas sejam atendidas." Todo mundo ter acesso, porém, não significa todo mundo ter um acesso.

"Ao se colocar um ponto de acesso numa escola na zona rural, uma cooperativa que esteja situada ao lado também será beneficiada", vislumbra. "Até o final deste ano será iniciada a instalação de computadores em 185 mil escolas públicas, 63 instituições da área de saúde, 5 mil bibliotecas, além de pequenas localidades e pontos de fronteiras".

POR ANO, R\$ 400 MILHÕES

Definiu-se que os serviços prestados serão na modalidade concessão em regime público, por vinte anos. Deverão se constituir empresas especificamente para este fim. Elas serão remuneradas para instalar os computadores, proporcionar o acesso à banda larga, fazer a manutenção e instalar os softwares básicos. "Estas são metas de demanda mandatória e universalização obrigatória", explica Ziller. Todas as despesas de infra-estrutura e operação "serão integralmente pagas pelo FUST".

Calcula-se os gastos anuais entre R\$ 400 e 500 milhões. Esta verba não é contingenciada e está disponível para aplicação imediata. Como não se tratam de recursos do Orçamento Geral da União, a lei prevê que, como fundo setorial, o saldo de um ano pode ser aplicado no ano seguinte.

Antes de lançar o edital de concessão, porém, a Anatel precisa, nas palavras de seu presidente, "consolidar as contribuições da sociedade civil à consulta pública" realizada em março último com empresas interessadas, usuários e ONGs. "O próximo passo é submeter a proposta de edital e contrato a uma nova consulta pública."

GOVERNO ELETRÔNICO

Cientista brasileiro faz parte de referências no exterior¹

Marcos Carlson, M.Sc.²
marcos@ijuris.org

16/04/2004

A Ciência brasileira começa se aproximar dos padrões praticados nos países de Primeiro Mundo. Pelo menos em número de publicação de trabalhos na área de Governo Eletrônico, Sociedade da Informação e Informática Jurídica, isso já ocorre.

Esta constatação provém de dados levantados por um grupo de pesquisadores da Universidade de Trier, na Alemanha. Sob a coordenação do professor Dr. Michael Ley, eles são os responsáveis pelo Digital Bibliography & Library Project - DBLP/Uni-Trier, em www.informatik.uni-trier.de/~ley/db/welcome.html.

FAVORÁVEL AO BRASIL

Trata-se de um servidor de referências bibliográficas que faz levantamento constante dos principais jornais, proceedings e demais publicações científicas na esfera da Tecnologia da Informação em todo o mundo. Como pesquisadores de diversas áreas trabalham com aplicações em TI, o projeto soma atualmente quase meio milhão de artigos indexados, sem contar os muitos milhares de links para sites científicos relacionados ao assunto.

¹ Matéria publicada em conjur.uol.com.br/textos/26408. Título original: "Pesquisador catarinense está entre os mais referenciados no Exterior."

² Jornalista, webdesigner, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Ijuris.

Está-se diante de um levantamento de alta credibilidade, dado o caráter independente e sem qualquer envolvimento governamental. O DBLP garante a isenção dos resultados principalmente por utilizar os mesmos critérios para a avaliação - que é constante - independente do país de origem dos pesquisadores. E aí os dados se apresentam favoráveis ao Brasil.

EVENTOS DE IMPACTO

O pesquisador do Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas - Ijuris, Hugo Cesar Hoeschl, também professor da Universidade Federal de Santa Catarina e procurador da Fazenda Nacional, surge como um dos cientistas brasileiros com maior número de referências no DBLP.

No levantamento, Hoeschl aparece com 15 referências consideradas relevantes. Isso porque o estudo considera somente eventos com forte respaldo da comunidade científica internacional e seleciona, dentro da produção de cada pesquisador, os trabalhos considerados de maior impacto.

MULTIDISCIPLINARIDADE

A outra boa notícia é que, nos próximos dias, o DBLP computará mais dois trabalhos - apresentados esta semana na 6th International Conference on Enterprise Information Systems (ICEIS), em Portugal. Ou seja, o pesquisador catariense fechará abril com um total de 17 referências. Uma quantidade bastante expressiva, principalmente ao se considerar que poucos cientistas do Brasil superam uma dezena de referências nesse ranking.

"Os números positivos se devem ao novo perfil do cientista brasileiro, que está aumentando as características de multidisciplinaridade e trabalho em equipe", analisa Hoeschl. "Boa parte dos nossos trabalhos são fruto de pesquisas compartilhadas realizadas com a equipe de cientistas do Ijuris".

"COISA DO PASSADO"

Não por coincidência, um importante padrão detectado pelo DBLP é que a grande maioria dos trabalhos selecionados conta com mais de um autor - o que evidencia a forte tendência mundial de realização e publicação por equipes. "Aquela história de pesquisadores trabalhando sozinhos e publicando isoladamente é coisa do passado", decreta Hoeschl. "Pelo menos é o que se observa na Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Espanha e também aqui no Brasil".

De fato, uma significativa parcela da comunidade científica nacional não apenas aceita como incentiva esse tipo de atividade. Outro aspecto igualmente importante reside no fato de que as agências de fomento (principalmente CNPq e Finep) acertam na estratégia de aumentar a destinação de recursos para trabalhos com esse perfil. "Mas para que a pesquisa brasileira possa competir com mais força no cenário mundial", alerta o catarinense, "os recursos ainda precisam aumentar bastante".

Hoeschl teve mais referências que dois PhDs europeus juntos

Os dados da Universidade de Trier mostram um cenário que evolui positivamente a favor do Brasil, principalmente se analisados de modo comparativo com a produção de cientistas internacionais. Os números do professor Trevor Bench-Capon - PhD pela Universidade de Oxford, professor da Universidade de Liverpool, na Inglaterra, e uma das mais importantes referências mundiais nas áreas de eGov e Informática Jurídica - servem de exemplo para a análise.

Bench-Capon publicou até o momento 8 livros e mais de 300 artigos, e aparece no DBLP com 87 itens. Já Hoeschl tem 13 livros e 80 artigos publicados, e está com 15 itens no

ranking. O renomado cientista inglês, porém, publica trabalhos desde 1980, e obteve seu doutoramento em 1987. O brasileiro, de 36 anos, iniciou suas publicações em 1995, doutorou-se em 2001 e obteve o pós-doutoramento em 2003.

O dado mais importante deste comparativo - e que melhor indica o potencial evolutivo da ciência nacional - é a produtividade comparativa de 2003. Naquele ano o inglês teve 8 itens referenciados pela DBLP, contra 12 do brasileiro.

COMPARATIVO SURPREENDENTE

Os números de outra referência mundial em Governo Eletrônico, o professor Ronald Traunmüller, PhD da Universidade de Linz (Áustria) e organizador da DEXA eGov Conference 2003: From E-Government to E-Governance, realizada em Praga, na República Tcheca, igualmente possibilitam um comparativo de produtividade bastante surpreendente.

O professor austríaco tem 41 referências no DBLP, sendo 3 delas incluídas em 2003. De onde se conclui que naquele ano, de acordo com os dados da universidade alemã, Hoeschl teve mais referências que o inglês e o austríaco somados. "Ganhamos dos gigantes na casa deles", brinca.

FENÔMENO NÃO É ISOLADO

Outros expoentes da nova geração da ciência nacional também aparecem no Digital Bibliography & Library Project. A prova de que o fenômeno não é isolado são os Drs. Alejandro Martins, Roberto Pacheco e Anna Reali Costa - respectivamente com 3, 5 e 8 ocorrências acumuladas entre 1995 e 2003.

Dentre os poucos cientistas brasileiros que possuem mais de dois dígitos de referências reunidas no levantamento da Universidade de Trier está o professor Ricardo Miranda Barcia,

PhD pela Universidade de Watterloo (Canadá), com 12 ocorrências. Não por acaso, o mesmo professor que orientou Hoeschl na tese que transformou o pesquisador do Ijuris no primeiro - e até agora único - pós-doutor em Governo Eletrônico do Brasil.

SUCESSO NO SUCESU

Ijuris apresenta seis trabalhos em um único Congresso¹

*Discurso de abertura destaca proposta, originada no
Instituto, de criação do Conselho de Inclusão Digital*

Marcos Carlson, M.Sc.²
marcos@ijuris.org

05/05/2004

O Centro de Convenções de Florianópolis - CentroSul se transformou, de 26 a 28 de abril, na sede brasileira da tecnologia. Em seu interior ocorreu o Congresso Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação - Sucesu 2004. Além de marcar os 30 anos de existência da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações, o evento - mais uma vez - resgatou, organizou e apresentou a produção intelectual e inédita do setor no País.



Através de um conjunto de mais de uma centena de atividades, profissionais de empresas (públicas e privadas), fornecedoras de produtos e soluções e instituições de ensino superior ofereceram palestras, trabalhos técnicos e cases. A intenção foi reciclar conhecimentos, aperfeiçoar a atividade profissional

¹ Matéria publicada em www.ijuris.org/Imprensa/not.asp?id=59.

² Jornalista, webdesigner, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Ijuris.



CentroSul: sede nacional da tecnologia

e, principalmente, aproximar técnicas e ferramentas atualizadas às necessidades dos projetos nacionais de tecnologia da informação e comunicação.

DESTAQUE

Na sessão de abertura, dentre a dezena de autoridades engravatadas do setor que compuseram a mesa de honra, o destaque ficou para a única mulher presente: a prefeita Ângela Amin. Em um discurso de improviso - ao contrário dos demais colegas, com os textos previamente escritos -, a Prefeita fez questão de destacar a criação, em breve, do Conselho Municipal de Inclusão Digital: "Esta é a grande contribuição que o Município pode dar ao campo da inclusão digital."



Sessão de abertura: mesa de honra

A proposta é uma das sugestões resultantes dos trabalhos que a Comissão Especial de Inclusão Digital desenvolveu no segundo semestre do ano passado. A idéia de um Conselho para tratar exclusivamente do tema na capital catarinense partiu do Ijuris, através dos representantes do Instituto no comitê.

RELEVÂNCIA

O relevância do Ijuris no evento, porém, foi além do discurso. Seus integrantes apresentaram, durante os três dias de encontro, nada menos que seis trabalhos - todos desenvolvidos integralmente pela equipe de pesquisadores do Instituto.



Ijuris: a instituição com mais artigos

Transparência eletrônica em negócios públicos, modelo de TI para prefeituras, análise de sites do Poder Judiciário, gestão do conhecimento com inteli-

gência artificial, engenharia de almas - assim o Ijuris marcou presença no Sucesu deste ano: a instituição com mais artigos selecionados para o evento mais representativo do atual estágio da informática brasileira.

Nos textos seguintes, confira mais detalhes sobre cada um dos trabalhos que o Ijuris apresentou no Sucesu 2004 - e saiba por que Florianópolis se consolidou em 2004 como "a capital nacional da Informática".

Transparência eletrônica: a TI e a informação sobre negócios públicos internacionais

Mais de 60 pessoas acompanharam, na manhã do dia 26, a exposição do tema "Transparência Eletrônica: a TI e a Informação sobre Negócios Públicos Internacionais", por Simone Keller Fütcher, docente da Unisul e Estácio de Sá e doutoranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina.



Simone: evolução do B2G

Ela assina o trabalho junto com o colega de pós-doutorado Jaime Leonel de Paula Júnior e os pós-doutores Hugo Cesar

Hoeschl e Ricardo Miranda Barcia, docentes de pós-graduação na UFSC. Hoeschl também é procurador da Fazenda Nacional, presidente do Conselho Científico do Ijuris e único pós-doutor em Governo Eletrônico do Brasil.

FACILITAR

ECONOMIA NAS COMPRAS		
Organismo público	Em Valor	Em Tempo
Prefeitura de Florianópolis	30%	50%
Governo de São Paulo	22,23%	70%

O artigo apresenta uma plataforma de realização de negócios via internet sem a limitante do idioma escrito e falado nos diversos países. O artigo se apóia nas experiências adquiridas no modelo atual em plataforma web nas

organizações públicas com as compras eletrônicas (*ver tabela*).

De acordo com Simone, a evolução do *business to Government* - B2G, com intuito de trazer transparência internacional, se encaminha para o uso da *Universal Networking Language*: "A UNL é uma plataforma que responde ao desafio de tornar informações e conhecimentos acessíveis em diferentes línguas de forma automática. Os negócios eletrônicos B2G são o uso da tecnologia para facilitar o relacionamento entre entidades públicas e destas com seus fornecedores."

ENTENDIMENTO

O resultado é a automação do processo de compra com incremento de produtividade (reduções de preço, burocracia e tempo do processo de aquisição). Tudo motivado pela transparência eletrônica que as ferramentas de Tecnologia da Informação - quando corretamente utilizadas - propiciam a esta atividade, uma vez que permitem o aumento de controle por parte da sociedade.

A conclusão dos autores: "Uma tecnologia como a UNL, que tende a ser uma base para as comunicações nas próximas décadas, possibilitará através de mecanismos de codificação e decodificação uma transparência que proporcione entendimento do conteúdo apresentado. Com esta base de entendimento", garantem, "é possível se falar em um processamento do conhecimento a nível internacional".

Engenharia de almas: a sincronicidade entre a inteligência artificial e a gestão do capital intelectual, social e emocional das instituições

Engenharia de almas. "Engenharia de quê?" Esta costuma ser a reação de quem tem o primeiro contato com esta nova abordagem para a Engenharia do Conhecimento. O trabalho - que se baseia na sincronização de conhecimentos através de uma metodologia de aprimoramento pessoal - é fruto de dez anos de estudos da advogada Tânia Cristina D'Agostini Bueno, mestre em Engenharia de Produção e presidente do Ijuris. A pesquisadora divide a autoria do artigo com Andre Bortolon, também mestre em Engenharia de Produção, e o pós-doutor Hugo Cesar Hoeschl, presidente do Conselho Científico do Instituto.



Tânia: conhecimento

A pesquisa foca na sistematização de um processo de aquisição de conhecimento para utilização em sistemas inteligentes de gestão. Para organizar o conhecimento, porém, os pesquisadores foram além da utilização das teorias da administração e de aquisição do conhecimento da Inteligência Artificial.

EXTRA-SENSORIAIS

Partiu-se do fato de que dentro de uma instituição "existem vários tipos de conhecimentos a se organizar, como os capitais intelectual, social e emocional". E levaram em conta as observações feitas na organização da web semântica, na *Universal Networking Language* - UNL, na *WordNet* e na técnica denominada Representação do Conhecimento Contextualizada Dinamicamente - RC2D.

A pesquisa envolve estudos psicanalíticos - principalmente Lacan e a sua teoria da linguagem -, a teoria da argumentação jurídica e, acrescenta Tânia, "alguns conhecimentos extra-sensoriais da humanidade". A pesquisadora explica que o trabalho cooperativo entre as equipes necessita de conhecimento profundo não apenas sobre o domínio de aplicação do sistema, mas também sobre a organização da sua base de conhecimento.

COERÊNCIA

Criou-se assim uma estrutura computacional que serve basicamente para a construção de ontologias tanto dentro das instituições (intranet) quanto fora delas (internet). Essa estrutura - a Suíte de Engenharia do Conhecimento - é que permite a organização de uma base de conhecimento contínua e de fácil visualização ("árvore de conhecimento"), através de redes de relacionamento. "A criação de um ambiente computacional na web permitiu um maior compartilhamento de informações e resultado entre as equipes."

A metodologia para a sincronização de conhecimentos, descrita no artigo, resultou em uma "excepcional coerência entre as relações semânticas das chamadas expressões indicativas, principalmente pelo apoio de toda esta estrutura computacional durante o processo". O que permitiu ao engenheiro do conhecimento e ao especialista irem além do conhecimento do

domínio: "Ambos desenvolveram competências como consciência própria, disciplina, persistência e empatia".

Ferramenta de desenvolvimento de software para representação visual de redes de relacionamento



César: criando framework

Este é o trabalho mais técnico dentre todos os que os pesquisadores do Ijuris apresentaram na Suce su 2004. Os autores são o analista de sistemas César Ramirez Kejelin Stradiotto e o mestre Andre Bortolon, ambos da empresa WBSA, junto com o pós-doutor Hugo Cesar

Hoeschl, que preside o Conselho Científico do Ijuris.

O "Redes de Relacionamento" visa criar, basicamente, uma FrameWork - ou, em poucas palavras, um conjunto de classes colaborativas que solucionam problemas semelhantes. Uma FrameWork é extensível e flexível. Segundo Stradiotto, que apresentou o artigo, trata-se de "um programa quase pronto".

OPERAÇÕES

A intenção do trabalho é permitir, através de uma rápida modelagem de dados, a implementação de elementos de interface que descrevem uma rede de relações entre itens de qualquer natureza. Essa descrição é visual e clara, em duas ou três dimensões.

"O ambiente também permite à máquina fazer operações sobre estas relações", explica o pesquisador. "Ela consegue,

por exemplo, encontrar caminhos ou conjuntos, seja para o auxílio na implementação de algoritmos de Inteligência Artificial, seja para extração de dados pelo usuário em uma aplicação final."

INDEPENDÊNCIA

Um software gerenciador especializa os dados desta FrameWork e os adapta ao usuário. A estrutura básica do software que utiliza esta FrameWork contém cinco partes. A parte do Gerenciamento contém a interface com botões e menus que executam as funções principais do software. A segunda, Importação de Dados, lê os dados originais de um dispositivo de armazenagem, de acordo com o seu formato.

A Visualização/Edição mostra os dados na forma de Redes de Relacionamento, além de permitir, naturalmente, edição. A quarta parte, Dados Específicos, foca a camada de Visualização/Edição para dados específicos do software. Por fim, o Controle de Dados fica responsável por gerenciar a persistência dos dados no formato próprio da aplicação implementada.

Toda essa estrutura permite manter a independência de programação entre elas, de uma forma que facilite o trabalho na implementação de novos tipos de dados de entrada. Sua interface é baseada em aplicações *Multiple Document Interface* - MDI, o que permite várias instâncias visuais de grupos de dados diferentes.

Um modelo de TI para aplicar a gestão do conhecimento em prefeituras

Se na palestra do dia anterior (sobre transparência eletrônica) Simone Keller Fütcher mostrou uma tecnologia nova, desta vez ela fala sobre algo que "já deveríamos estar fazendo há muito tempo": aplicar a Tecnologia da Informação à gestão do co-

nhecimento em prefeituras de modo a tornar a Administração Pública "confiável, de fácil auditoria, ágil e, acima de tudo, transparente". A doutoranda em Engenharia de Produção divide a autoria do artigo com o colega de curso Jaime Leonel de Paula Júnior e com os pós-doutores Ricardo Miranda Barcia e Hugo Cesar Hoeschl.



Simone: muita organização

Para valorizar a pesquisa, Simone cita a revista "Veja" de 28 de abril, onde se lê na capa (ao lado): *"Uma praga nacional - corrupção e inércia nas prefeituras desviam mais de 20 bilhões de reais por ano."* A pesquisadora destaca, na



Assunto de capa

Administração Municipal, a importância da criação de um modelo com a sistemática de implementações das tecnologias da informação, em diferentes fases, para que haja sucesso na consolidação das mesmas. A implementação bem sucedida de um sistema, porém, depende de fatores "que não são tecnológicos", observa, "nem podem ser esquecidos em um processo de planejamento global de recursos de TI".

APRIMORAMENTO

A palavra-chave deste trabalho é a sigla PETI. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação é a base de dados para o projeto dos recursos necessários para uma boa implementação dos referidos sistemas. "O Governo eletrônico só dará certo se seguir critérios de implementações que garantam a efetividade de seus serviços e integridade de seus dados que, manipulados de forma correta, servirão de ferramentas para a gestão do conhecimento nas prefeituras."

Para se atingir esse nível de conhecimento é necessário, junto a muita organização, processos de aprimoramento nas bases de dados: "E para isso é extremamente importante o modelo apresentado neste artigo."

O MAIOR BEM

Didática perfeita, simpatia a toda prova e um controle total do curto tempo das apresentações, Simone também faz sonhar. Sonhar com o dia em que todas as administrações públicas - tal qual ocorre na aviação comercial internacional - falarão a mesma língua, compartilharão as mesmas informações e terão experiências equivalentes com gestão do conhecimento.

Apesar da idéia ser tão clara quanto de suma importância, "é importante seguir métodos e padrões", observa, "para que se chegue a um nível de sistemas de informação na área pública que permita extrair ao máximo o maior bem em questão: o conhecimento."

Avaliação dos websites do Poder Judiciário brasileiro

Estar bem informado é um direito do cidadão e, também, um dever do profissional do Direito. Porém, se muitos usuários já consideram complicado encontrar as informações desejadas no mundo, vasto mundo da internet, em sites do Poder Judiciário então... Os mais queixosos apontam a pouca disponibilidade de serviços, o acesso precário às informações e até a baixa confiabilidade como as maiores barreiras entre o inter-



Fabrício: amplo questionário

nauta e a Justiça brasileira. Este é o ponto de partida do artigo do mestre Fabrício Tadeu Donatti, assinado em parceria com o analista de sistemas Mauro Delfino, a mestrandia Érica Ribeiro e o pós-doutor Hugo Cesar Hoeschl.

Depois de compilar os critérios de usabilidade para a web, a equipe de pesquisadores elaborou um amplo questionário, escolheu 20 avaliadores de formação multidisciplinar e distribuiu entre eles, de modo aleatório, os sites de 86 tribunais previamente determinados. A banca passou fevereiro de 2004 de olho em quesitos como densidade informacional e conteúdo, organização e apresentação visual, navegabilidade, disponibilidade de serviços e tecnologias e busca de jurisprudências.

DIDÁTICO

O trabalho esquadrinhou a maneira como nossa Justiça se apresenta na grande rede. E revelou exigências - tanto do público jurídico quanto dos indivíduos - ainda não atendidas pela maioria dos tribunais. "Constatamos a necessidade deles oferecerem um conjunto mínimo de informações comuns", sugere Donatti.

O pesquisador acrescenta que o método de avaliação "tem perfeita aplicabilidade como atividade curricular de instituições de ensino superior". O processo funciona como instrumento didático "ao permitir, ao acadêmico jurista e ao cidadão comum, o contato com as tecnologias da informação jurídica".

REFERÊNCIA

O estudo serve também para aumentar o alcance da Justiça. Afinal, através de avaliações periódicas será possível: mensurar a qualidade dos sites; acompanhar a evolução de cada um deles; elevar a qualidade dos atuais serviços online; fornecer subsídios para o desenvolvimento de novos serviços;

detectar novas demandas informacionais e tecnológicas; e estimular a popularização do acesso à prestação jurisdicional via web.

Tanto que, ao final da palestra, o diretor da Secretaria de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região, Eduardo Kenzi Antonini, que possui mestrado em Gestão de Empresas, propôs a publicação dos resultados "até mesmo em papel", a fim de que todo o Judiciário tivesse acesso às informações: "Elas servem de guia de referência, até porque é um trabalho imparcial."

KMAI - Gestão do Conhecimento com Inteligência Artificial



Marcelo: forte diferencial

Knowledge Management with Artificial Intelligence - KMAI - tem, como subtítulo, "da Representação do Conhecimento Contextualizada Dinamicamente (RC2D) à Pesquisa Contextual Estruturada (PCE)". Junto com Hugo Cesar Hoeschl, procurador da Fazenda Nacional e pós-doutor em

Governo Eletrônico, assinam o artigo mais três pesquisadores - e mestres - do Ijuris: a presidente Tânia Cristina D'Agostini Bueno, Eduardo da Silva Mattos e Marcelo Stopanovski Ribeiro.

KMAI é uma plataforma completa baseada em conhecimento. Gerada pela fusão operacional entre a Gestão do Conhecimento e a Inteligência (competitiva, estratégica ou policial) com parâmetros condicionais de Inteligência Artificial, ela atende às expectativas do ciclo de produção de informações estratégicas. "A plataforma consolida-se como um forte

diferencial competitivo na detecção de oportunidades e rechaçamento das ameaças no ambiente holístico das organizações do conhecimento", explicou Marcelo na apresentação.

PROCESSAMENTO

O KMAI se evidencia ainda como uma coleção de ferramentas (*framework tools*) modulares e independentes, a saber: coleta de informações da internet e banco de dados; a indexação automática destas informações permitindo uma busca inteligente; atualização da base de conhecimento; e módulos de alerta. Visto sistematicamente, o processo possui quatro fases: Coleta; Armazenamento; Análise; e Difusão. Precede a elas uma fase de delimitação de escopos, que o artigo descreve como "uma solução ampliada de Engenharia do Conhecimento".

O uso da Inteligência Artificial possibilita o processamento matemático, computacional e simulado de funções analíticas humanas - o que agrega valor às pré-análises e descobertas de conhecimentos ocultos. "Uma procura por 'carro que bateu na rua', por exemplo, retorna uma jurisprudência sobre 'veículo automotor abalroado no leito carroçável'".

IMPLEMENTAÇÃO

Ao final da palestra, a analista de sistemas Cristine Leonor Pereira Griffio revelou aos presentes que o assunto "é de muito interesse" para o mestrado que ela cursa em Ciências da Computação na Universidade Federal do Espírito Santo. "Por isso, foi um prazer ouvir a apresentação."



Cristine: aprendizagem

Os capixabas ganharam nos últimos anos um destaque negativo na mídia devido ao crime

organizado - diretamente influenciado pelas ações criminosas sem precedentes no vizinho Rio de Janeiro. Cristine propôs então à Secretaria de Segurança um "ambiente de aprendizagem organizacional em que os oficiais tenham a possibilidade de acessar informações que não estejam em manuais". Foi quando os militares a informaram sobre o KMAI - e sua implementação, com sucesso, na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Florianópolis se consolida como 'a cidade da informática brasileira'

O Sucesu deste ano atingiu seu objetivo - "reunir, em um único evento, usuários, fornecedores, desenvolvedores e pesquisadores da área de Tecnologia da



Conclusão: evento de altíssimo nível

Informação e Comunicação e apresentar as principais tendências das tecnologias da informação, expondo experiências selecionadas do uso dessas tecnologias nos vários setores da economia, bem como debater os principais temas relacionados às Políticas Nacionais de Informática e Telecomunicações."

Foram ao todo 112 atividades entre palestras, trabalhos técnicos e painéis de debates, em geral de altíssimo nível. Setenta e oito trabalhos ficaram com nota avaliativa superior a 9,0.

IMPECÁVEL

O diretor do Insitituto de Desenvolvimento de Eventos em Tecnologia da Informação - IDETI, Fabio Lazzarini, responsável por toda logística impecável que envolveu os três dias do

evento no Centro Sul, informa que a edição deste ano contou com 400 inscrições. "Tivemos uma média de 220 pessoas circulando o tempo todo."

Mas o Sucesu2004 transcendeu a qualquer número. Segundo o discurso do presidente da Comissão Organizadora, Luiz Paulo Leal da Gama Malcher, na cerimônia de encerramento, o evento "consolidou Florianópolis este ano como a cidade da informática brasileira".

GOVERNO ELETRÔNICO

Cientista brasileiro ultrapassa 100 artigos publicados¹

Marcos Carlson, M.Sc.²
marcos@ijuris.org

05/07/2004

A ciência brasileira tem mais um motivo para comemorar seu crescimento, que vem sendo intenso nos últimos anos. A equipe de pesquisadores do Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas (Ijuris) acaba de ser notificada sobre a seleção dos trabalhos pelo comitê científico da Associação Internacional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - IADIS.

Depois de seis trabalhos selecionados para publicação no *World Computer Congress* (Toulouse, França), e de nove artigos escolhidos para a *International Conference on Artificial Intelligence and Law* (Edimburgo, Escócia), o time de pesquisadores do Ijuris acaba de receber a notícia de que cinco de seus trabalhos foram selecionados para apresentação na IADIS - *International Conference WWW/Internet 2004*, que será realizada em Madrid, no mês de outubro.

A notícia veio exatamente um dia depois que o instituto ficou em segundo lugar no Premio CONIP - Excelência em Informática Pública. Foi a quarta indicação do instituto ao prêmio, que se constitui na mais prestigiosa premiação na área de informática pública do Brasil. O reconhecimento veio na categoria "Projetos", em função do modelo de implantação do

¹ Matéria publicada em conjur.uol.com.br/textos/247509.

² Jornalista, webdesigner, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Ijuris.

NECATI - Núcleo Catarinense de Propriedade Intelectual, um projeto desenvolvido parcialmente com recursos do CNPq. O Ijuris, que venceu o prêmio CONIP em 2003 com o projeto Fórum Eletrônico, recebeu ainda outra indicação em 2004, pelo desenvolvimento do projeto KMAI/SAEI, em conjunto com a UFSC/FAPEU e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na categoria "Iniciativas de Sucesso".

Esses resultados se devem ao fato de que o time de pesquisadores trabalha em constante intercâmbio com instituições como a Universidade Federal de Santa Catarina (com quem mantém um protocolo de cooperação científica), a Web Intelligence Systems e o Instituto Virtual de Estudos Avançados - VIAS, além de desenvolver parcerias com outras empresas e universidades. O trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisadores tem perfil multidisciplinar, e, além de artigos científicos e prêmios tecnológicos, já gerou 10 patentes de software e 13 livros publicados (dois dos quais em inglês).

Com a comunicação da aprovação desses trabalhos, o coordenador científico da equipe, prof. Hugo Cesar Hoeschl, Post Doc., acaba de atingir a marca de 100 trabalhos publicados, sendo que 60 deles são internacionais. Hoeschl figura na DBLP (Alemanha) como um dos pesquisadores com maior produtividade científica em todo o mundo, na área de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação.

É importante enfatizar que a aprovação de um trabalho em um comitê tão consistente como este (abaixo, na íntegra) já é uma grande vitória. Aprovar cinco é um feito histórico.

Dados sobre a Conferência IADIS

NOME DO EVENTO

IADIS - *International Conference WWW/Internet 2004*

LOCAL DO ENCONTRO

Madrid

ENDereco WEB

www.iadis.org/icwi2004

TÍTULO DOS PAPERS APROVADOS PELO TIME DE PESQUISADORES IJURIS/WBSA/UFSC

National Center of Eco-Business Management - CENABIO

*Filipe Corrêa da Costa, Hugo Cesar Hoeschl, Marcelo
Stopanovski Ribeiro*

Institutes of intellectual property and their origins

*Cláudia Díaz Pomar, Thais Helena Bibliazzi Garcia,
Hugo Cesar Hoeschl*

Engineering of minds: the synchronization between artificial intelligence and the management of the intellectual, social and emotional capital in collaborative networked organizations

*Tânia Cristina D'Agostini Bueno, Andre Bortolon,
Ricardo Miranda Barcia, Hugo Cesar Hoeschl*

Electronic government and social control of the state

*Robert Willeck, Érica Bezerra Queiroz Ribeiro, Hugo
Cesar Hoeschl*

The use of information and communication technologies for the enhancement of the Brazilian national hydro resources policy

*Érica Bezerra Queiroz Ribeiro, Filipe Corrêa da Costa,
Hugo Cesar Hoeschl*

ENDereco DOS TRABALHOS APROVADOS

www.iadis.org/confman_icwi2004/accepted.asp

Comitê Científico da IADIS

Conference Chair

Pedro Isaías, Universidade Aberta (Portuguese Open University), Portugal

Program Chair

Nitya Karmakar, University of Western Sydney, Australia

Committee Members

Abdolhossein Sarrafzadeh, Massey University, New Zealand

Abdulmoteleb El Saddik, University of Ottawa, Canada

Adel Abunawass, State University of West Georgia, USA

Alessandro Micarelli, University of Rome 3, Italy

Alexander Schill, TU Dresden, Germany

Ana Belén Martínez Prieto, Universidad de Oviedo, Spain

Ana Regina Cavalcanti Rocha, Centroin, Brazil

Andrea Rodriguez, Universidad de Concepción, Chile

Andreas Mauthe, Darmstadt University of Technology, Germany

Andrew MacFarlane, City University, UK

Andy Lapham, London College of Music & Media, UK

Angela Guercio, Hiram College, USA

Anna Lekova, Bulgarian Academy of Sciences, Bulgaria

Anna Maddalena, University of Genova, Italy

Anthony Savidis, ICS-FORTH, Greece

Antonija Mitrovic, University of Canterbury, New Zealand

Anupriya Ankolekar, Carnegie Mellon University, USA

Archana Nagvekar, NIC, India

Arun Tripathi, TU Dresden, Germany

Azita Bahrami, Armstrong Atlantic State University, USA

Bamshad Mobasher, DePaul University, USA

Barbara Catania, University of Genova, Italy

Bettina Berendt, Humboldt University Berlin, Germany

Boris Motik, Forschungszentrum Informatik, Germany

Brent Martin, University of Canterbury, New Zealand

Carlo Strapparava, IRST, Italy

Carole Page, Massey University, New Zealand

Carsten Griwodz, University of Oslo, Norway

Chris Messom, Massey University, New Zealand

Christof Fetzer, AT&T Shannon Laboratory, USA

Christof van Nimwegen, Utrecht University, The Netherlands

Chyi-Ren Dow, Feng Chia University, Taiwan

Claudia Buzzi, IIT-CNR, Italy

Constantine Stephanidis, ICS-FORTH, Greece

Cormac Sreenan, University College, Ireland

Cornelia Seeberg, Darmstadt University of Technology, Germany

Cristina Baroglio, Università degli Studi di Torino, Italy
 Daniel Chandran, University of Technology, Sydney, Australia
 Daniel Cunliffe, University of Glamorgan, UK
 David Cheung, The University of Hong Kong, Hong Kong
 David Lowe, University of Technology, Sydney, Australia
 David Powers, Flinders University, Australia
 David Sloan, University of Dundee, UK
 Demetrios Sampson, Informatics and Telematics Institute, Greece
 Dilwyn Roberts-Young, University of Wales, UK
 Dimitrios Rigas, University of Bradford, UK
 Dirk Thissen, RWTH Aachen, Germany
 Dunja Mladenec, J.Stefan Institute, Slovenia
 Edna Aphek, Israel
 Elena García Barriocanal, Universidad de Alcalá, Spain
 Emilia Mendes, The University of Auckland, New Zealand
 Erica Melis, DFKI, Germany
 Eva Söderström, Umeå University, Sweden
 Fabio Vitali, University of Bologna, Italy
 Fiorella de Rosis, University of Bari, Italy
 Franca Garzotto, Politecnico di Milano, Italy
 Frank Wang, London Metropolitan University, UK
 Fred Fonseca, The Pennsylvania State University, USA
 Gabriele Kotsis, Johannes Kepler Universität Linz, Austria
 Gerard Vreeswijk, Utrecht University, The Netherlands
 Gottfried Vossen, Universität Münster, Germany
 Guido Roessling, TU Darmstadt, Germany
 Gustavo Rossi, UNLPam, Argentina
 Hans Weghorn, BA-University of Cooperative Education, Germany
 Hartmut Ritter, Freie Universität Berlin, Germany
 Henry Oinas-Kukkonen, University of Oulu, Finland
 Ian Ferguson, University of Strathclyde, UK
 Ingeborg Torvik Sølberg, Norwegian University of Science and Technology, Norway
 Irwin King, The Chinese University of Hong Kong, Hong Kong
 Ismail Khalil Ibrahim, Johannes Kepler University of Linz, Austria
 Ivan Tomek, Acadia University, Canada
 Jaideep Srivastava, University of Minnesota, USA
 Jaime Sánchez, University of Chile, Chile
 James Thong, Hong Kong University of Science and Technology, Hong Kong
 Jeen Broekstra, Vrije Universiteit Amsterdam, The Netherlands
 Jessica Rubart, Fraunhofer IPSI, Germany
 Jesús Boticario, UNED, Spain
 Jianhua Ma, Hosei University, Japan
 Jochen Schiller, Freie Universität Berlin, Germany
 Jochen Seitz, Technische Universität Ilmenau, Germany
 Joemon Jose, University of Glasgow, UK

Jon Schutz, YourAmigo Pty Ltd, Australia
Joris Graaumans, Utrecht University, The Netherlands
Juan Manuel Cueva Lovelle, Oviedo University, Spain
Jure Leskovec, J. Stefan Institute, Slovenia
Jürgen Angele, Universität Karlsruhe, Germany
Jussi Kangasharju, Darmstadt University of Technology, Germany
Kai Jakobs, Technical University of Aachen, Germany
Kai Rannenbergh, Goethe University Frankfurt, Germany
Kai Reimers, RWTH Aachen University, Germany
Kaj Grønbaek, University of Aarhus, Denmark
Kathleen Hornsby, University of Maine, USA
Kevin C. Ruess, ISRD, USA
Kiduk Yang, Indiana University, USA
Kinshuk, Massey University, New Zealand
Klaus Wehrle, University of Tübingen, Germany
Laurent Mathy, Lancaster University, UK
Leonid Stoimenov, University of Nis, Serbia and Montenegro
Lewis Johnson, University of Southern California, USA
Liliana Ardisson, Università degli Studi di Torino, Italy
Loris Penserini, ITC-IRST, Italy
Lorna Gibson, University of Dundee, UK
Lorna Uden, Staffordshire University, UK
Lucia Rapanotti, The Open University, UK
Luisa Mich, University of Trento, Italy
M. Mühlhäuser, Darmstadt University of Technology, Germany
Majed A. Al-Mashari, King Saud University, Saudi Arabia
Malin Brännback, Åbo Akademi University, Finland
Margherita Antona, ICS-FORTH, Greece
Maria Esther Vidal, Universidad Simon Bolivar, Venezuela
Mark Claypool, Worcester Polytechnic Institute, USA
Mark Needleman, Sirsi Corporation, USA
Martin Gaedke, University of Karlsruhe, Germany
Martin Gonzalez Rodríguez, University of Oviedo, Spain
Martin Johnson, Massey University, New Zealand
Martin Wessner, Fraunhofer IPSI, Germany
Martina Gerst, The Research Centre for Social Sciences, UK
Massimo Marchiori, University of Venice, Italy
Mathias Bauer, DFKI, Germany
Maurizio Vincini, Università' di Modena e Reggio Emilia, Italy
Max Egenhofer, University of Maine, USA
Max Mühlhäuser, Darmstadt University of Technology, Germany
Maytham Safar, Kuwait University, Kuwait
Melissa Lee Price, Staffordshire University, UK
Michael Herczeg, Universität zu Lübeck, Germany
Michael Welzl, University of Innsbruck, Austria
Michael Zink, Darmstadt University of Technology, Germany

Michel Crampes, Ecole des Mines d'Ales, France
 Michel Klein, Vrije Universiteit Amsterdam, The Netherlands
 Miguel-Angel Sicilia, University of Alcalá, Spain
 Milos Kravcik, Fraunhofer Gesellschaft, Germany
 Narayana Jayaram, London Metropolitan University, UK
 Natasa Milic-Frayling, Microsoft Research, UK
 Nian-Shing Chen, National Sun Yat-sen University, Taiwan
 Nicola Gessa, University of Bologna, Italy
 Nicola Henze, University of Hannover, Germany
 Nicolas D. Georganas, University of Ottawa, Canada
 Nigel Collier, National Institute of Informatics, Japan
 Nikos Karacapilidis, University of Patras, Greece
 Norihiro Ogata, Osaka University, Japan
 Olga De Troyer, Vrije Universiteit Brussel, Belgium
 Panayiotis Zaphiris, City University London, UK
 Pang-Ning Tan, Michigan State University, USA
 Paolo Bresciani, ITC-IRST, Italy
 Paolo Busetta, ITC-IRST, Italy
 Paolo Giorgini, University of Trento, Italy
 Paul Calder, Flinders University, Australia
 Paul De Bra, Eindhoven University of Technology, The Netherlands
 Pavlos Moraitis, University of Cyprus, Cyprus
 Peter Astheimer, University of Abertay, UK
 Peter Brusilovsky, University of Pittsburgh, USA
 Peter Gregor, University of Dundee, UK
 Peter Kay, Massey University, New Zealand
 Piet Kommers, University of Twente, The Netherlands
 Pilar Rodríguez, Universidad Autónoma de Madrid, Spain
 Pirkko Walden, Åbo Akademi University, Finland
 Rainer Eckstein, Humboldt-Universität zu Berlin, Germany
 Ralf Ackermann, Darmstadt University of Technology, Germany
 Ralf Hauber, Johannes Kepler University Linz, Austria
 Ram Rajamony, IBM Austin Research Lab, USA
 Ray Hashemi, Armstrong Atlantic State University, USA
 Riccardo Torlone, University "Roma Tre", Italy
 Robert Goodwin, Flinders University, Australia
 Roberto Ranon, University of Udine, Italy
 Robin Laney, The Open University, UK
 Roelof van Zwol, Utrecht University, The Netherlands
 Ryszard Michalski, George Mason University, USA
 Sajal K. Das, The University of Texas at Arlington, USA
 Samar Saha, Technology Simulation, Sunnyvale, USA
 Scott Milne, University of Dundee, UK
 Scott P. Overmyer, Massey University, New Zealand
 Serge Garlatti, GET-ENST Bretagne, France
 Sherman Alpert, IBM T.J. Watson Research Center, USA

Shivakant Mishra, University of Colorado, USA
Stefan Figge, Johann Wolfgang Goethe-University Frankfurt a. M., Germany
Stephane Bressan, National University of Singapore, Singapore
Steve Cavrak, University of Vermont, USA
Steven Demurjian, The University of Connecticut, USA
Subbarayan Venkatesan, The University of Texas at Dallas, USA
Sukunesan Sinnappan, University of Technology Sydney, Australia
Timothy Shih, Tamkang University, Taiwan
Tina Eliassi-Rad, Lawrence Livermore National Laboratory, Canada
Tom Gross, Bauhaus-University Weimar, Germany
Tomoo Inoue, University of Tsukuba, Japan
Tsvi Kuflik, ITC, Italy
Veruska Aragão, The University of Manchester, UK
Vicente Pelechano, Universidad Politécnica de Valencia, Spain
Vinsensius Vega, National University of Singapore, Singapore
Virpi Roto, Nokia Research Center, Finland
Vittorio Scarano, University of Salerno, Italy
Weigang Wang, UMIST, UK
Weiqin Chen, University of Bergen, Norway
Yau Jim Yip, University of Teesside, UK
Ying Ding, University of Innsbruck, Austria
Yogesh Deshpande, University of Western Sydney, Australia
Zoé Lacroix, Arizona State University, USA

MODERNIZAÇÃO

Novo livro catarinense projeta a Justiça do futuro¹

O lançamento da obra, em que o Ijuris aparece como autor do capítulo final, foi no Palácio do Governo

Marcos Carlson, M.Sc.²
marcos@ijuris.org

07/15/2004

*"Nesse momento de
aceleração intensa da
roda da História (...),
cada decisão adiada,
cada recurso
desperdiçado, cada
reiteração caduca
representa mais um
cheque sem fundo
sobre o futuro de uma
sociedade em agonia."*

Nicolau Sevcenko



O alerta feito em 1987 pelo historiador Nicolau Sevcenko - professor **"Modernização...": propostas adequadas** da Universidade de São Paulo e da *Harvard University* - parece sob medida para as 192 páginas de "Modernização do Poder Judiciário - A Justiça do Futuro" (ISBN 85-89012-06-9; R\$ 40,00), o mais recente lançamento da Editorial Studium.

¹ Matéria publicada em www.ijuris.org/Imprensa/not.asp?id=60.

² Jornalista, webdesigner, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Ijuris.

A obra, cuja impressão ficou a cargo da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC, é o resultado de um projeto que o Instituto dos Magistrados do Brasil - IMB lançou em 1988.

SOBRA POLÊMICA, FALTA CONSENSO

As primeiras discussões sobre as propostas que originaram este trabalho se deram durante o Congresso Nacional da Magistratura, da Advocacia e do Ministério Público, em novembro de 2001 em Florianópolis. De tão polêmicos, os temas determinaram as mais variadas sugestões - sem se alcançar, todavia, um texto comum ou consensual.

Para não se perder o vasto material colhido em todas as atividades realizadas, os autores resolveram assumir a responsabilidade pessoal de apresentar ao público, em forma de livro, entre todas as propostas para modernizar e democratizar o Poder Judiciário, as que lhes pareceram as mais adequadas.



Prudêncio e Lédio: autores do primeiro capítulo

Quem são os autores da "Modernização..."

O desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Carlos Prudêncio, idealizador e executor da primeira urna ele-

trônica no Brasil, e o juiz de Direito Lédio Rosa de Andrade, doutor em Filosofia Jurídica, Moral e Política pela Universidade de Barcelona, são os responsáveis pelo primeiro capítulo, "Modernização do Poder Judiciário".

O professor titular de Sociologia Jurídica do Departamento de Filosofia e Teoria geral do Direito da USP, José Eduardo Faria, membro do Conselho Editorial do *International Institute for Sociology of Law*, escreveu "A crise do Judiciário no Brasil: algumas notas para discussão".

O CAPÍTULO DO IJURIS

A equipe do Ijuris - cujo presidente do Conselho Científico, Hugo Cesar Hoeschl, é o único pós-doutor em Governo Eletrônico do Brasil, com mais de seis dezenas de artigos publicados em congressos internacionais - assina o terceiro e último capítulo, "Processo Virtual: a Justiça do futuro".

Justiça Virtual do Futuro é a total informatização do Sistema de Justiça, com a criação do processo virtual, sem uso de papel, totalmente racionalizado, capaz de transformar o tempo lerdo da Justiça em tempo real, com possibilidade de disponibilizar aos jurisdicionados uma Justiça rápida, desburocratizada e segura.

Governador: "Livro penetra o nevoeiro das aparências"

Para o governador Luiz Henrique da Silveira, trata-se de uma leitura "extremamente instigante por provocar uma saudável revitalização das contingências em benefício dos valores imanescentes".

O texto expõe "a imbricação entre as crises do Estado e do Poder Judiciário, bem como os limites impostos pelo nível de

desenvolvimento econômico, político e social do País", observa LHS no Prefácio do livro, que penetra "o nevoeiro das aparências"



Diretores do Ijuris (à esq., à frente): contribuição

e aprofunda a investigação "até atingir o ponto de indicar, detalhadamente, medidas capazes de modernizar o Poder Judiciário".

IJURIS: SOLUÇÕES À DISPOSIÇÃO

É aí que, nesta obra colegiada, entra a contribuição do Ijuris. O Instituto foi o responsável pela parte de instrumentação tecnológica do projeto do IMB. Ou seja, materializou a idéia original de criar um processo judicial virtual.

Conforme a conclusão do texto assinado pelos pesquisadores do Ijuris, e que fecha o livro, "do que se prevê para governo eletrônico, o Processo Virtual é o auge - não o limite. As soluções estão agora à disposição para que o Brasil possa se tornar exemplo no desenvolvimento e na aplicação tecnológica, firmando-se como modelo mundial de governo eletrônico."

"Justiça do Futuro" na residência do Governo

Os autores lançaram "Modernização do Poder Judiciário - A Justiça do Futuro" na noite de 6 de julho, em coquetel na residência oficial do Governador: a Casa D'Agronômica. Que, diga-se, nem sempre teve esse nome.

Com o objetivo servir de residência e local de trabalho do presidente da Província (e posteriormente dos governadores do Estado), construiu-se, entre 1770 e 1780, o Palácio Cruz e Sousa. Irineu Bornhausen - que se destacou por pagar as dívidas do go-



Integrantes do Ijuris: coquetel no Palácio

verno anterior, criar a Secretaria da Agricultura e restabelecer os símbolos cívicos estaduais - foi o último governante a ter aquele histórico prédio como endereço para correspondência.

ARQUITETURA HÍBRIDA E PAU-BRASIL



Casa d'Agrônômica: estilo colonial misto

nome ao famoso bairro da Capital), para erguer o novo Palácio Residencial do Governador.

É que durante os seus exatos cinco anos de mandato, iniciados em 31 de janeiro de 1951, ele cometeu outra ação marcante: aproveitar um espaço de 50 mil metros quadrados, anteriormente destinado a uma agrônômica (e que deu

A construção, fincada entre as avenidas Rui Barbosa e Beira-Mar Norte, é em estilo colonial misto - um híbrido da arquitetura luso-brasileira, com características do colonial espanhol. Pelo jardim, revestido de gramado, espalham-se espécimes de figueira, pinus, eucalipto, coqueiro e até a árvore-símbolo do País, da qual foi retirado o seu nome e que hoje se encontra sob ameaça de extinção: o pau-brasil.

Uma "casa" com 1.500 metros quadrados de área construída

A estrutura dos muros de pedra bruta com grades artísticas, na lateral da Rui Barbosa, é a mesma desde o dia da inauguração do Palácio da Agronômica, em 18 de dezembro de 1954. Desde então, já ocuparam oficialmente a sexagenária propriedade nada menos que quatorze governadores e suas famílias, sem contar o atual administrador (*ver quadro*).

O que este governo mudou foi o nome do local, que agora se chama Casa d'Agronômica. Um esforço de modéstia para as paredes que - forradas de obras de indiscutível valor artístico, do Estado e do mundo todo - encerram generosos 1.500 metros quadrados de área construída.

SOCIEDADE MAIS EQUILIBRADA

Em seu interior Luiz Henrique e a primeira-dama, dona Ivete, vivem "como eremitas" - numa

OS CHEFES DE FAMÍLIA DO PALÁCIO D'AGRÔNÔMICA
Irineu Bornhausen
Jorge Lacerda
Heriberto Hülse
Celso Ramos
Ivo Silveira
Colombo Machado Salles
Antônio Carlos Konder Reis
Jorge Konder Bornhausen
Henrique Córdova
Esperidião Amin Helou Filho
Pedro Ivo Campos
Casildo Maldaner
Vilson Kleinubing
Paulo Afonso Vieira
Esperidião Amin Helou Filho
Luiz Henrique da Silveira

comparação feita pelo próprio Governador. Exagero à parte, o chefe da família se decidiu agora por abrir aquelas pesadas portas de ferro e vidro para determinadas manifestações científico-culturais cataninenses.

Justamente como ocorreu durante o lançamento d'"A Justiça do Futuro". "Que esse seja o primeiro de muitos outros que contribuirão para a modernização do Judiciário brasileiro", deseja a presidente do Ijuris, Tânia Cristina D'Agostini Bueno. "Caminhando para o futuro", acrescenta Hugo Hoeschl, "veremos uma sociedade mais justa e equilibrada".



Hoeschl e o governador: portas abertas para manifestações científicas

